

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - CFOT

Parecer n.º 09 de 06 de Julho de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei n.º 46/2022 de 27 de Junho de 2022.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Ubá para o exercício de 2023 e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - plano plurianual de investimentos;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - orçamento anual;*
- IV - crédito adicional;*
- V - contas públicas;*
- VI - prestação de Contas;*
- VII - planos e programas municipais;*
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*
- IX - fiscalização de investimentos*
- X - tributos em geral;*
- XI - repercussão financeira das proposições;*
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;*
- XIII - patrimônio público municipal;*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

XIV - alienação de bens públicos;

XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;

XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito”.

Fundamentação

A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) tem como pauta objetiva **orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, atendendo todos os requisitos legais e previstos na Constituição e também na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Outras atribuições relacionadas a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) são: autorização para despesas com pessoal e encargos; orientações relativas à execução orçamentária; alterações na legislação tributária; contingenciamento das despesas; bem como normas relacionadas à transparência da gestão pública.

Importante frisar que o Projeto de Lei nº 46/2022 cumpre o requisito legal previsto no § 2º e o inciso II do art. 165 da Constituição Federal e no inciso II do art. 144 e § 2º I, II, III e IV da Lei Orgânica Municipal.

“Art. 165 Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual

II – as diretrizes orçamentárias

III – os orçamentos anuais

§2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”

“Art. 144 Leis de Iniciativa do Poder



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Executivo estabelecerão:

I – O Plano Plurianual

*II – as **diretrizes orçamentárias***

III – os orçamentos anuais

(...)

§2º As diretrizes orçamentárias compreenderão:

*I – As **prioridades** da Administração Pública Municipal, quer da Administração Indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiros subsequente;*

II – Orientações para a elaboração de Lei Orçamentária Anual;

III – Alterações na legislação tributária;

IV – autorização para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, inclusive as funções instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvada as empresas públicas e as sociedades de economia mista”.

Este relator chama a atenção para o fato de que, inclusive, a Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 145 e 146, menciona que:

*“Art. 145 Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão **elaborados em consonância com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias**, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal”*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 146 Os orçamentos previstos no §3º serão compatibilizados com o Plano Plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal”

Em audiência pública realizada no último dia 29 de Junho, representantes do Poder Executivo estiveram na Câmara Municipal de Ubá para esclarecer as dúvidas dos Vereadores e servidores. Este relator chama a atenção para o art. 194, que versa que:

“Art. 194 O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I – Plano Plurianual;

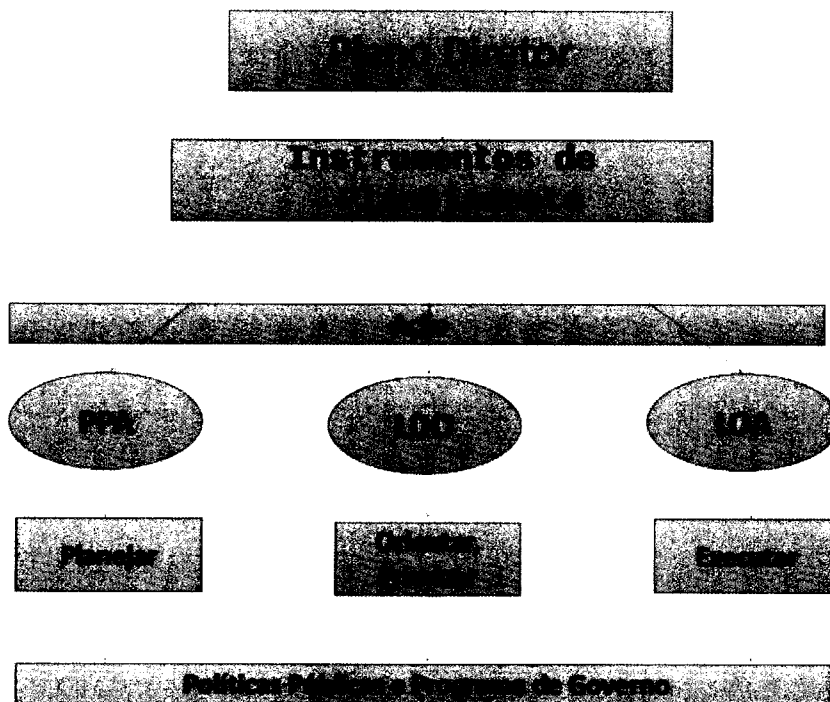
II – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

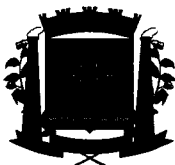
III - Orçamento Anual;

IV – Plano Diretor

V – Plano de Governo

Complementando sobre o objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o seguinte gráfico, disponibilizado durante a Audiência Pública, explica de forma sucinta e objetiva os dois pilares da LDO: Orientar e Priorizar.





Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

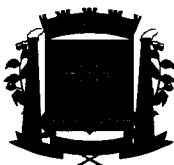
Sobre as **prioridades** da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2023, é dito em seu art. 3º que, algumas delas, são:

- *Valorização e resgate da qualidade no serviço público do Município como gestor de bens e serviços essenciais;*
- *Busca da estabilidade econômica municipal;*
- *Promoção do desenvolvimento sustentável, mediante apoio a projetos que conciliem as necessidades de crescimento econômico, social e de modernização tecnológica do setor produtivo com a preservação do meio ambiente;*
- *Promoção do Turismo*
- *Promoção do Desenvolvimento Sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda*
- *Combate à pobreza e promoção da cidadania e inclusão social;*
- *melhor aproveitamento dos recursos públicos, através da instituição e fortalecimento de programas voltados para a redução dos custos operacionais e eliminação de superposições e desperdícios*

Ainda falando sobre a Audiência Pública realizada no dia 29 de Junho, na Câmara Municipal de Ubá, diversos pontos foram explicados pelos técnicos da Prefeitura para os Vereadores e servidores, entre eles:

Em relação as METAS FISCAIS, a apresentação delas para o exercício subsequente é um objetivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com o art. 165 da Constituição Federal e com o paragrafo 2º do art.144 da Lei Orgânica do Município de Ubá (já mencionados acima).

Segundo o quadro abaixo que foi apresentado durante a Audiência Pública, temos que:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I. METAS FISCAIS

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | | 2024 | | | 2025 | | |
|---|-----------------------|--------------------|------------|-----------------------|--------------------|------------|-----------------------|--------------------|------------|
| | VALOR CORRENTE (a) | VALOR CONSTANTE | % PIB * | VALOR CORRENTE (b) | VALOR CONSTANTE | % PIB * | VALOR CORRENTE (c) | VALOR CONSTANTE | % PIB * |
| Receita Total | 366.352.848,00 | 353.964.104,35 | 0,08 | 391.210.814,00 | 386.829.835,79 | 0,08 | 419.676.000,00 | 382.058.241,74 | 0,07 |
| Receitas Primárias (I) | 335.584.728,00 | 324.217.128,50 | 0,08 | 380.250.284,00 | 337.798.823,03 | 0,08 | 388.486.855,00 | 353.865.888,87 | 0,08 |
| Despesa Total | 332.235.000,00 | 321.000.000,00 | 0,05 | 348.878.549,27 | 327.135.795,74 | 0,06 | 453.980.500,00 | 413.288.931,45 | 0,07 |
| Despesas Primárias (II) | 330.124.956,50 | 318.961.310,63 | 0,05 | 346.683.003,56 | 325.058.326,95 | 0,06 | 451.985.700,00 | 411.454.723,73 | 0,07 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | 5.439.771,50 | 5.255.817,87 | 0,00 | 13.567.280,41 | 12.740.496,08 | 0,00 | -63.478.845,00 | -57.789.054,88 | -0,01 |
| Resultado Nominal | -17.210.075,00 | -18.628.081,78 | 0,00 | -13.810.000,00 | -12.949.335,37 | 0,00 | -16.611.000,00 | -15.122.108,64 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 4.100.000,00 | 3.961.352,88 | 0,00 | 4.000.000,00 | 3.750.712,64 | 0,00 | 3.900.000,00 | 3.550.431,88 | 0,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | -248.873.550,00 | -240.457.536,23 | -0,04 | -262.883.580,00 | -246.312.627,52 | -0,04 | -279.284.550,00 | -254.260.581,98 | -0,04 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPP (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS) | | |
|--|--------------------|--------------------|
| 2023 | 2024 | 2025 |
| 608.330.000.000,00 | 620.480.000.000,00 | 631.680.000.000,00 |

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO - VALORES PREVISTOS (EM %) | | |
|--|------|------|
| 2023 | 2024 | 2025 |
| 3,50 | 3,04 | 3,00 |

A Receita Total prevista no ano de 2023 será de R\$ 366.352.848,00 (trezentos e sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais), enquanto que nos anos subsequentes esta receita prevista será de R\$ 391.210.814,00 (trezentos e noventa e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e quatorze reais), em 2024, e de R\$ 419.676.000,00 (quatrocentos e dezenove milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) em 2025.

Outro dado importante demonstrado no gráfico está relacionado a **INFLAÇÃO**. No ano de 2023, a previsão é que ela fique em 3,50%, enquanto que nos anos subsequentes, os valores sejam de 3,04% (2024) e depois 3,00% em 2025, caracterizando uma queda.

Importante destacar, ainda sobre as METAS FISCAIS, de que os dados trazidos pela Prefeitura Municipal de Ubá dão transparência e clareza para a análise, afinal, o objetivo da **meta fiscal** é ajudar na adequação e gerenciamento das contas públicas baseando-se nos anos anteriores e subsequentes. O gráfico abaixo demonstra os números dos últimos anos e como o município tem se comportado:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III . METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Valores em R\$1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|-----------------|--------|-----------------|---------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 295.988.888,88 | 304.285.888,88 | 2,39 | 372.874.488,88 | 22,48 | 388.252.888,88 | -1,78 | 391.218.814,00 | 0,75 | 419.576.888,88 | 7,28 |
| Receitas Prévias (I) | 270.884.888,88 | 278.218.231,50 | 2,68 | 342.798.313,11 | 23,28 | 368.844.728,00 | -2,18 | 388.288.284,00 | 1,38 | 388.488.888,88 | 7,84 |
| Despesa Total | 295.988.888,88 | 304.285.888,88 | 2,89 | 318.891.821,88 | 5,14 | 332.235.888,88 | 3,88 | 348.878.548,27 | 5,01 | 453.888.888,88 | 30,12 |
| Despesas Prévias (II) | 282.848.888,88 | 282.448.888,88 | 3,38 | 318.218.821,88 | 0,28 | 388.134.888,88 | 2,71 | 348.888.888,88 | 0,01 | 481.888.788,88 | 28,38 |
| Resultado Prévios (III) = (I - II) | -22.144.881,78 | -24.228.788,48 | 9,41 | 24.578.891,24 | -388,87 | 5.438.771,00 | -77,74 | 13.887.288,11 | 148,78 | -63.478.888,88 | -487,18 |
| Resultado Mensal | -34.881.488,88 | -8.131.888,88 | -47,38 | -15.888.828,88 | 188,82 | -17.218.878,88 | 6,88 | -13.888.888,88 | -18,78 | -48.811.888,88 | -28,38 |
| Dívida Pública Consolidada | 4.588.888,88 | 4.388.888,88 | -4,44 | 4.388.888,88 | -2,32 | 4.100.888,88 | -2,38 | 4.888.888,88 | -2,44 | 3.888.888,88 | -2,38 |
| Dívida Consolidada Líquida | -387.874.488,88 | -218.888.488,88 | 3,88 | -231.888.478,88 | 7,28 | -348.873.888,88 | 7,42 | -382.888.888,88 | 0,88 | -278.284.888,88 | 6,32 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------|-----------------|--------|-----------------|---------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| Receita Total | 343.114.881,88 | 328.888.878,88 | -4,48 | 372.874.488,88 | 16,18 | 388.884.184,38 | -4,82 | 388.828.888,78 | 5,62 | 382.888.241,74 | 4,18 |
| Receitas Prévias (I) | 314.882.227,88 | 288.888.234,28 | -8,88 | 342.798.313,11 | -18,78 | 334.217.128,88 | -6,41 | 337.798.823,88 | 4,18 | 338.888.888,88 | 4,78 |
| Despesa Total | 343.114.881,88 | 328.888.878,88 | -4,48 | 318.891.821,88 | -8,34 | 321.888.888,88 | 6,34 | 327.138.788,74 | 1,91 | 412.888.881,48 | 28,34 |
| Despesas Prévias (II) | 338.884.411,38 | 318.888.478,88 | -6,18 | 318.218.821,88 | -0,24 | 318.881.318,88 | 6,28 | 328.888.328,88 | 1,91 | 411.884.723,72 | 28,88 |
| Resultado Prévios (III) = (I - II) | -25.712.183,72 | -29.888.244,60 | -15,88 | 24.578.891,24 | -188,82 | 5.228.817,88 | -78,48 | 12.740.488,88 | 142,41 | -67.888.884,88 | -483,88 |
| Resultado Mensal | -38.813.837,28 | -8.878.287,78 | -78,32 | -15.888.828,88 | 84,88 | -16.888.881,78 | 4,88 | -12.888.888,33 | -22,12 | -18.122.188,88 | 18,78 |
| Dívida Pública Consolidada | 5.228.888,88 | 4.388.888,88 | -15,18 | 4.388.888,88 | -7,42 | 3.881.382,88 | -6,68 | 3.788.712,84 | -5,32 | 3.888.431,88 | -5,34 |
| Dívida Consolidada Líquida | -341.137.888,18 | -227.874.748,78 | -48,88 | -231.888.478,88 | 1,78 | -348.487.538,32 | 3,88 | -348.312.827,33 | 2,48 | -284.288.881,88 | 3,22 |

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO (Em %) | | | | | |
|------------------------------|-------|------|------|------|------|
| 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 4,52 | 18,88 | 5,88 | 3,58 | 3,04 | 3,88 |

Estes dados se tornam ainda mais importantes porque, conforme já dito acima, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) deverá dispor também sobre o **equilíbrio entre receitas e despesas**, sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, sobre as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, além das demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz, em seu art. 4º, que:

“Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

a) Equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

e) normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

(...)”

Este relator chama a atenção para um levantamento apresentado pelos técnicos da Prefeitura Municipal durante a Audiência Pública em relação a RECEITA e DESPESA:

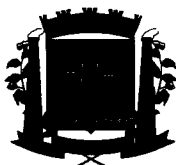
- A receita total efetivamente arrecadada em 2021 foi de R\$ 299.993.168,58 (duzentos e nove e nove milhões, novecentos e noventa e três mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), o que equivale a 98,59% da receita total prevista, que fora estimada no valor de R\$ 304.265.000,00 (Trezentos e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais).

- A Receita Primária efetivamente arrecadada em 2021 foi no montante de R\$ 288.637.993,85 (Duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), o que equivale a 103,75% da receita primária prevista no valor de R\$ 278.218.231,52 (Duzentos e setenta e oito milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos).

- A despesa total efetivamente arrecadada em 2021 foi de R\$ 270.569.719,29, o que equivale a 88,93% da despesa total prevista, que fora estimada em R\$ 304.265.000,00 (Trezentos e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais).

- A despesa primária efetivamente realizada em 2021 foi no montante de R\$ 269.556.152,85 (duzentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), o que equivale a 89,12% da despesa primária prevista no valor de R\$ 302.445.000,00 (Trezentos e dois milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).

Desta forma, conclui-se que o resultado primário apresentado em 2021 apresentou um resultado positivo, ou seja, um superávit primário de R\$ 19.081.841,00 (dezenove milhões, oitenta e um mil e oitocentos e quarenta e um reais), enquanto na elaboração da LDO havia sido prevista um déficit primário no valor de R\$ 24.226.768,48 (Vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Sobre a RECEITA ESTIMADA e as DESPESAS no período de 2022 até 2024, os técnicos da Prefeitura Municipal trouxeram dois levantamentos:

ANEXO X. RECEITA ESTIMADA PARA 2023/2024/2025

| ESPECIFICAÇÃO | ANEXADA | | | PRIMEIRA | | PROJEÇÃO | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------|----------------|----------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|---------|
| | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 282.494.871,50 | 288.782.088,34 | 10,3% | 282.283.488,00 | 10,0% | 291.294.848,00 | 5,3% | 282.118.274,00 | 7,3% | 498.348.888,00 | 7,7% |
| Receita Tributária | 41.882.278,00 | 50.128.128,00 | 20,3% | 15.884.000,00 | 42,2% | 26.347.200,00 | 9,1% | 88.748.888,00 | 6,0% | 87.284.128,00 | 8,4% |
| Receita de Impostos | 38.184.817,00 | 48.884.128,00 | 27,6% | 71.388,00 | 48,4% | 88.418.400,00 | 2,3% | 73.888,00 | 5,0% | 88.191.288,00 | 8,8% |
| Taxes | 2.598.228,00 | 4.248.288,00 | 91,4% | 4.888,00 | 2,2% | 8.771.200,00 | 49,8% | 1.228.788,00 | 7,0% | 7.288,00 | -4,1% |
| Despesas de FUNDOS na Receita Tributária | 0,00 | 0,00 | -100,0% | -488,00 | -48,8% | 0,00 | -188,0% | 0,00 | -188,0% | 0,00 | -188,0% |
| Receita de Contribuições | 28.888.488,00 | 38.888.488,00 | 28,8% | 28.722.488,00 | 8,8% | 28.888,00 | 12,8% | 48.888,00 | 9,4% | 48.728,00 | 8,8% |
| Contribuições Sociais | 17.871.228,40 | 22.378.488,40 | 24,8% | 25.372.488,30 | 13,3% | 27.888,00 | 18,8% | 38.888,00 | 18,8% | 38.888,00 | 8,8% |
| Contribuições para o Sistema de Serviço de Assistência Social | 7.388.228,10 | 8.888,00 | 9,4% | 8.888,00 | -48,8% | 18.888,00 | 28,8% | 1.888,00 | 7,8% | 12.188,00 | 18,8% |
| Receita Patrimonial | 17.742.888,00 | 11.388.378,00 | -38,3% | 25.388,00 | 128,8% | 28.412,00 | 3,4% | 28.271.188,00 | 7,8% | 38.281.888,00 | 7,1% |
| Receita Imobiliária | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 18.388,00 | -48,8% | 21.888,00 | 34,3% | 23.888,00 | 6,8% | 28.488,00 | 18,8% |
| Receita de Valores Mobiliários | 17.888,00 | 11.288.124,70 | -38,3% | 25.488,00 | 128,8% | 28.388,00 | 3,4% | 28.188,00 | 7,8% | 38.188,00 | 7,1% |
| Juros de Títulos de Renda | 17.888,00 | 11.288.124,70 | -38,3% | 25.488,00 | 128,8% | 28.388,00 | 3,4% | 28.188,00 | 7,8% | 38.188,00 | 7,1% |
| Receita de Correções e Permissões | 128,00 | 81.388,00 | -38,3% | 23.888,00 | -18,3% | 88.788,00 | 6,8% | 87.888,00 | 8,3% | 98.388,00 | 18,8% |
| Receita de Serviços | 1.888,00 | 2.888,00 | 8,4% | 1.211.888,00 | -48,4% | 1.228,00 | 1,1% | 1.888,00 | 6,4% | 1.388,00 | 6,3% |
| Transferências Correntes | 178.888,00 | 187.141.278,00 | 18,7% | 288.888,00 | 7,8% | 218.172,00 | 6,8% | 228.141.888,00 | 7,4% | 288.888,00 | 7,3% |
| Transferências Interadministrativas | 188.128,00 | 218.888,00 | 11,7% | 288,00 | 8,4% | 288,00 | 6,7% | 278.888,00 | 7,3% | 288,00 | 7,3% |
| Despesas do FUNDEC | -21.888,00 | -18.888,00 | 28,8% | -288,00 | 15,1% | -288,00 | 7,8% | -288,00 | 6,3% | -288,00 | 6,3% |
| Outras Receitas Correntes | 288,00 | 8.288,00 | 1.888,0% | -48,8% | -48,8% | 812,00 | 6,7% | 888,00 | 7,8% | 728,00 | 6,7% |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 8.888,00 | 8.288,00 | -48,8% | 38.888,00 | 378,8% | 4.778,00 | -44,1% | 3.888,00 | -38,1% | 1.388,00 | -47,8% |
| Operações de Crédito | 3.727,414,50 | 0,00 | -100,0% | 3.888,00 | -48,8% | 3.288,00 | 8,8% | 2.888,00 | -37,0% | 288,00 | -79,8% |
| Operações de Crédito (Honorários) | 3.727,414,50 | 0,00 | -100,0% | 3.888,00 | -48,8% | 3.288,00 | 8,8% | 2.888,00 | -37,0% | 288,00 | -79,8% |
| Além disso de Alíquotas | 48.788,00 | 1.888,00 | 148,8% | 1.388,00 | 1.372,1% | 1.378,00 | -47,8% | 888,00 | -37,0% | 828,00 | -33,7% |
| Além disso de Bens Móveis | 48.788,00 | 1.888,00 | 148,8% | 1.388,00 | 48,8% | 1.378,00 | 7,8% | 188,00 | 8,8% | 288,00 | 18,8% |
| Além disso de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 1.288,00 | -48,8% | 1.288,00 | -48,8% | 818,00 | -44,3% | 378,00 | -48,8% |
| Transferências de Capital | 5.213,818,00 | 6.188.188,00 | 18,3% | 25.388,00 | 313,8% | 388,00 | -48,8% | 388,00 | 6,8% | 388,00 | 6,8% |
| OUTRAS DESPESAS (III) | -48.278,00 | 0,00 | -100,0% | 0,00 | -100,0% | 0,00 | -100,0% | 0,00 | -100,0% | 0,00 | -100,0% |
| TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III) | 282.288.145,50 | 288.888.188,34 | 7,4% | 282.283.488,00 | 28,2% | 288.288,00 | -1,7% | 281.218.874,00 | 6,7% | 498.348.888,00 | 7,2% |

ANEXO XI. DESPESAS PARA 2023/2024/2025

| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % |
|---------------------------------|----------------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|-------|----------------|------|----------------|--------|
| DESPESAS CORRENTES (I) | 218.887.381,80 | 248.788.211,80 | 14,8% | 263.732.121,80 | 5,8% | 273.847.188,00 | 3,7% | 287.388.816,77 | 8,8% | 388.874.888,00 | 34,8% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 108.832.541,81 | 128.888.788,80 | 11,8% | 128.888,00 | 5,3% | 138.813.927,70 | 2,4% | 138.826.433,28 | 8,8% | 188.927.888,00 | 38,1% |
| Juros e Encargos de Dívida | 118.438,80 | 193.421,80 | 63,3% | 488,00 | 108,8% | 410.043,80 | 2,8% | 438.548,88 | 6,8% | 508.888,00 | 18,1% |
| Outras Despesas Correntes | 118.788.378,28 | 128.888,00 | 18,8% | 138.443.888,00 | 8,8% | 143.223.178,00 | 4,8% | 188.481.837,74 | 8,8% | 208.438.888,00 | 33,2% |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 21.142.182,34 | 28.888,00 | -1,8% | 34.844.888,00 | 68,8% | 38.812.888,00 | 3,8% | 37.388.282,88 | 8,8% | 41.888,00 | 9,8% |
| Investimentos | 28.783.818,28 | 18.888,00 | -3,8% | 32.488,00 | 62,3% | 33.812.888,00 | 1,7% | 34.888,00 | 8,8% | 38.228,00 | 10,2% |
| Investimentos Financeiros | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 888,00 | -100,0% | 888,00 | 0,8% | 948,00 | 8,8% | 1.271.288,00 | 34,8% |
| Amortização de Dívida | 388.377,08 | 828.148,00 | 11,1% | 1.188,00 | 44,8% | 1.708,00 | 43,8% | 1.788,00 | 8,8% | 1.588,00 | -18,8% |
| RESERVAS (III) | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 21.828,00 | -188,8% | 22.878,00 | 6,3% | 24.123.788,00 | 8,8% | 28.188,00 | 8,1% |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 488,00 | -100,0% | 508,00 | 11,1% | 628,00 | 8,8% | 1.708,00 | 223,8% |
| Reserva Orçamentária do RPPS | 0,00 | 0,00 | -100,0% | 21.178,00 | -100,0% | 22.478,00 | 6,1% | 23.888,00 | 8,8% | 24.488,00 | 3,4% |
| DESPESA TOTAL | 248.848.544,27 | 278.888,00 | 12,7% | 298.881.881,80 | 18,2% | 332.238,00 | 2,8% | 348.878.848,27 | 8,8% | 488.888,00 | 38,1% |



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por fim, os técnicos da Prefeitura Municipal destacaram na Audiência Pública que a Estimativa de Receita, considerando o momento econômico, é projetado um crescimento de 7%, 8% e 10% , respectivamente para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 46/2022.

Ubá, 06 de Julho de 2022.



EDEIR PACHECO DA COSTA
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☐

Aprovado

☐

Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____



Vereador Gilson Fazolla Figueiras
Presidente da COFT